

Toldos Guarani na Gleba Missões na  
década de 1950: os indígenas na  
memória dos colonos  
Guarani settlement in the Glebe Missões  
in the fifties: the indians in memory of  
the settlers

Protasio Paulo Langer\*

**Resumo:** O presente trabalho analisa a memória dos colonos que, em meados do século XX, deram início à colonização eurobrasileira da Gleba Missões (Sudoeste do Paraná), sobre os grupos Guarani estabelecidos na mesma região. O propósito central é chamar atenção para a desconhecida presença indígena na região, tendo como fonte principal as lembranças dos próprios colonos. Com esses dados, confrontados com a etno-história Guarani, o texto aborda as múltiplas faces do contato entre os Guarani e os colonos na década de 1950.

**Palavras-chave:** Colonos; Guarani; Sudoeste do Paraná.

**Abstract:** This work analyzes the memory of the settlers who began the Euro-Brazilian colonization in the beginning of the twentieth century in the Glebe *Missões* (in the south-east of Paraná), also involving the Guarani groups in the same region. The chief purpose is to draw the attention to the unknown indigenous presence in the region by having as its main source the memories of the settlers themselves. Based on this information and confronted with the Guarani ethnohistory, this text approaches the multiple points of contact between the Guarani and the settlers in the 1950s.

**Key-words:** Settlers; *Guarani*; South-east region of *Paraná*.

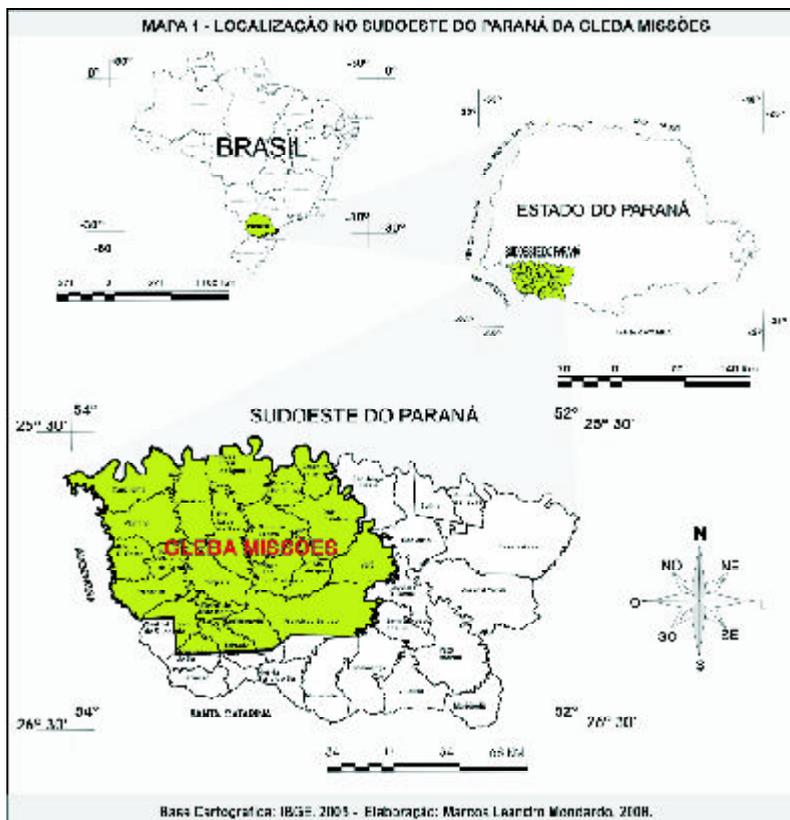
\* Professor de História da América, no curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.  
protasio@ufgd.edu.br

## Considerações gerais

O presente trabalho emergiu a partir da nossa atuação de docente-pesquisador na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Entre 2002 e 2006, a temática indígena, em Francisco Beltrão e Sudoeste do Paraná, esteve no centro do nosso olhar de historiador. As relações e os estranhamentos suscitados por ocasião da colonização sulista da referida região constitui o foco central da nossa reflexão.

O Sudoeste do Paraná faz fronteira a oeste com a República da Argentina, ao sul com o Estado de Santa Catarina, ao norte com o rio Iguaçu, e ao leste, com a região Centro Sul do Paraná. A Gleba Missões<sup>1</sup>, lócus dessa pesquisa, correspondia praticamente à metade do atual Sudoeste do Paraná. Essa área foi titulada, na década de 1920, à Companhia de Estradas de Ferro São Paulo Rio Grande (CEFSPRG), ligada à *Brazil Railway Company*, como pagamento por estradas de ferro já construídas ou a serem construídas. Na década de 1930, o governo do Paraná, no contexto do Estado Novo, anulou a concessão da Gleba Missões e, na década de 1940, Getúlio Vargas incorporou todos os bens da *Brazil Railway Company* ao Patrimônio da União, inclusive a referida Gleba (Lazier, 1998, p. 25-26).

No intuito de colonizar aquela região que, por ser fronteira, era prioritária na política getulista, foi criada a Colônia Agrícola Nacional General Ozório (CANGO), em 1943. A colonização dirigida pelo Estado deveria priorizar colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes predominantemente de alemães e italianos, de 2<sup>a</sup> ou 3<sup>a</sup> geração. A ocupação indígena e cabocla que antecedeu à colonização euro-brasileira era considerada - e ainda é, por boa parte da produção acadêmica<sup>2</sup> - como sorrateira e alheia, quando não adversa aos “verdadeiros” interesses nacionais.



**Figura 1:** Localização da Gleba Missões no Sudoeste do Paraná<sup>3</sup>

De acordo com a cartografia ambiental do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no Sudoeste do Paraná há três biomas distintos: a Floresta Ombrófila Mista (FOM) (78%), a Floresta Estacional Semidecidual (FES) (20%) e os Campos Naturais (CAM) (2%) em pequenas proporções. A área que corresponde à Gleba Missões, na década de 1940, estava praticamente toda coberta pela FOM. Além de ser abundante em araucárias e erva-mate, essa floresta também apresenta as seguintes famílias e espécies: Lauráceas, como a imbuia, o sassafrás, a canela-lageana, e diversas espécies conhecidas por canelas; Leguminosas, como o jacarandá, a caviúna e o monjoleiro; Mirtáceas como o sete-capotes, a guabiroba, a pitanga e o guabiju; Aracaceae, como o palmito-juçara o jerivá; rutáceas como o pau-marfim e outras. (LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. 1990).

Essa paisagem era primitivamente ocupada por povos da família linguística Guarani. A partir de 1890, a região passou a ser alvo do extrativismo da erva-mate e, sobretudo, da madeira, cujo potencial de

lucro esteve na origem dos interesses das companhias de estradas de ferro. Outra atividade econômica típica dessa paisagem, praticada por indígenas e caboclos, era uma suinocultura extensiva em que o produtor plantava o milho em roçados de coivara. Os suínos consumiam o milho no próprio roçado, de modo que não havia necessidade de colheita e armazenamento do cereal. Essa técnica era denominada *saфра* e quem comprava os suínos era o safrista.

A partir da década de 1940, com o estabelecimento da CANGO, onde hoje se situa a cidade de Francisco Beltrão, a região passou a ser rapidamente ocupada por colonos que buscavam terras acessíveis para praticarem uma agricultura de caráter familiar.

O documento que mais nos impulsionou à pesquisa desse tema é uma fotografia de 1953, em que figura o então administrador da CANGO, Glauco Olinger, e o Sr. Rubens Martins (primeiro prefeito de Francisco Beltrão), recepcionando um expressivo grupo de indígenas por ocasião da inauguração festiva de uma ponte sobre o Rio Marrecas. A partir dessa foto, chegamos ao Sr. Glauco Olinger, que hoje tem mais de 80 anos, reside em Florianópolis e ainda atua na Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina).



**Figura 2:** Na inauguração da ponte sobre o rio Marrecas, Glauco Olinger, administrador da CANGO (de chapéu) e Rubens Martins (primeiro prefeito de Francisco Beltrão) recebem um considerável grupo de indígenas do Toldo de Jacutinga. De acordo com Olinger, ele os havia convidado na ocasião em que visitou o toldo (Essa foto pertence ao acervo da Sec. da Cultura de F. Beltrão).

Numa entrevista, com muita energia e lucidez, Olinger rememorou, por uma hora e meia, experiências vividas na direção da CANGO, que o levaram a interagir com índios, caboclos e colonos de descendência européia.

A partir de diversas informações, ora vagas, ora consistentes e reiteradas sobre presença indígena naquela região, por volta de 1950, procuramos antigos moradores dispostos a relembrar experiências de contato com os nativos estabelecidos em “toldos”<sup>3</sup> nas localidades de Jacutinga (Francisco Beltrão), Dezesseis de Novembro (Pinhal de São Bento) e outras.

A partir das fontes coletadas, sobretudo em entrevistas, o presente trabalho propõe tomar a memória como recurso capaz de nos remeter, imaginariamente, às décadas de 1940 e 1950, quando os colonos sulistas se defrontaram com consideráveis contingentes indígenas nas terras que vinham ocupar. Nesse sentido, o presente trabalho procura registrar relatos de pessoas que, de uma forma ou de outra, mantiveram contato e testemunharam aspectos da vivência dos índios no seu habitat tradicional e que participaram diretamente das intensas transformações ecológicas e etnossociais decorrentes da intensiva colonização eurobrasileira.

A escassez de registros sobre a população indígena que habitava a Gleba Missões nos fez optar pela metodologia da História Oral para estudar o contato da população nativa com os colonos oriundos dos estados meridionais do Brasil. No plano metodológico, nos orientamos pelas questões colocadas por Verena Alberti, sobre História Oral, e por Ecléia Bosi, em relação à memória. As instruções de Alberti sobre as versões dos entrevistados são fundamentais:

Ou mais precisamente: tais versões devem ser, elas mesmas, objeto de análise. Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta “como os entrevistados viam e vêem o tema em questão?": Ou: “O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado? (Alberti, 2004, p. 30)

Vinculada à problemática das “versões”, deve-se colocar a questão da memória que Bosi coloca nos seguintes termos: “Qual a função da memória? Não constrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou a luz do sol. Realiza uma evocação” (Bosi, 1994, p. 59).

Outro procedimento metodológico que adotamos implica estabelecer relações entre as narrativas dos antigos colonos e administradores situados num contexto de tensões inter-étnicas, com dados etnológicos próprios do campo da etno-história guarani.

A maior parte das entrevistas que obtivemos, e que serão mencionadas ao longo do texto, foram filmadas com o consentimento dos entrevistados e, posteriormente, foram transcritas. Ao todo, foram entrevistadas 17 pessoas que, ao longo da década de 1950, estiveram em contato direto com a população indígena dos “toldos” de Jacutinga e de 16 de Novembro. O único entrevistado que nunca residiu numa dessas localidades é Glauco Olinger. Dos 17 entrevistados, onze são antigos moradores de Jacutinga, cinco são de 16 de Novembro. Dos antigos moradores de Jacutinga, selecionamos e citamos ao longo do texto as falas de Tecla Schmitz Frigeri, Roberto Eger, Getúlio Rech e Maria Hasse, todos descendentes de alemães. Dos moradores de 16 de Novembro, selecionamos as falas de Nilo Mazzuko, Gentil Lazarin, Elsa Lazarim, todos descendente de italianos, provenientes de Santa Catarina, e de Ana Mota Kniphoff, descendente de portugueses, casada com um descendente de alemães.

De modo geral, os entrevistados são representantes da segunda e terceira geração de italianos e alemães que, ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, haviam ocupado intensivamente as terras florestadas e agricultáveis no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Portanto, nossos interlocutores foram protagonistas da expansão do espaço colonial eurobrasileiro<sup>4</sup>, e é a partir desse *locus* que avaliam subjetivamente as sociedades nativas com as quais se defrontaram. Enquanto os colonos evocam reminiscências sobre suas relações com os nativos, da nossa parte, buscamos captar aspectos do *modus vivendi* dos grupos indígenas diante das transformações instauradas pela colonização euro-brasileira.

Ao entrevistá-los, procuramos instigar a memória, ora esmaecida, ora palpitante, sobre grupos étnicos que antecederam, resistiram e incorporaram, a seu modo, as mudanças e o novo cenário étnico-social implantado pelos novos colonos. Contemplar esses grupos sociais como um âmbito da reflexão sobre a formação histórica do Sudoeste do Paraná é o intento desse nosso trabalho.

Justificamos essa postura teórica ao constatarmos que, no Sudoeste do Paraná, a história da colonização euro-brasileira está onipresente nas escolas, nas praças, nos nomes das ruas, nas comemorações que celebram a fundação dos municípios e, além do mais, é objeto de pesquisa nas universidades. Já as sociedades indígenas desapareceram do cenário regional sem uma reflexão sobre os impasses e rumos que os índios tomaram diante das políticas de colonização intensiva que, em pouco tempo, asfixiaram territorialmente esses grupos.

Na nossa perspectiva de análise, há um referencial epistemológico que fundamenta, de um lado, a ascensão social e simbólica dos colonos eurobrasileiros e de outro, o esmaecimento étnico e o encobrimento simbólico dos índios que precederam àqueles na ocupação daquela região. A evocação intensa dos símbolos dos “pioneiros” é inversamente análoga ao silenciamento das etnias que os antecederam (índios e caboclos). O desbravamento da região (desmatamento, cultivo agrícola intensivo, abertura de estradas, o surgimento de núcleos urbanos) é retratado nos muros das escolas, nos monumentos das praças, nas cartilhas escolares, nas festividades que folclorizam aspectos da identidade étnica dos “pioneiros” (danças folclóricas, culinária típica) (Langer; Ferreira, 2004).

Por outro lado, o desaparecimento dos toldos indígenas coincide com políticas de silenciamento da temática indígena pelas instituições públicas de ensino e cultura que, impregnadas por ideários eurocêntricos, não conseguem conceber povos com distintas historicidades e aspirações utópicas. Nas palavras de Paulo Suess, num viés epistemológico com tais diretrizes, a diversidade histórica e étnica “desaparece progressivamente no interior de um projeto único de humanidade” (Suess; 2006). Ora implícita, ora explicitamente, esse mesmo ideário se manifesta na fala dos entrevistados que, afinal, figuram entre os fundadores de uma nova ordem social, política, econômica, cultural e jurídica e, como tal, de um discurso que se tornou hegemônico e legitimador.

### **A apreensão do outro**

A chegada dos novos colonos resultou, por parte das etnias em contato, numa atitude de apreensão, no seu duplo sentido: enquanto sentimento de receio e inquietação em relação ao Outro, que disputa um espaço comum, como também, de atividade intelectual no sentido de apreender mentalmente (conhecer) para melhor lidar, controlar e dominar a situação. A apreensão do Outro em circunstâncias de contato interétnico é sempre um fenômeno bipolar em que uns e outros constroem e reconstroem suas representações acerca do Outro, a partir da contrastividade da identidade étnica (Oliveira; 1976b, p. 44-45).

No presente trabalho, não foi possível ouvir, diretamente, as imagens gravadas na memória dos indígenas. Isso porque não localizamos representantes diretos dos grupos que ocupavam aquela região. Entretanto, contamos com a memória dos antigos moradores eurobrasileiros e do mais alto funcionário da CANGO entre 1952-54 (Glauco Olinger). A

partir dos recursos teórico-metodológicos já referidos, cabe-nos ouvir e interpretar as imagens mentais registradas pelos nossos interlocutores não índios.

Para eles, quem eram os índios que ainda viviam no sudoeste do Paraná em meados do século XX? Logo no início da entrevista com Glauco Olinger, obtivemos informações demográficas, quantitativas que surpreendem:

Naquela região ali, chamada Gleba Missões, que era uma área de 350 mil hectares havia três toldos de guaranis. Quando ali cheguei tinha um toldo ainda localizado. Os outros já estavam dispersos, ou seja, já não estavam concentrados [...]. (Olinger, agosto de 2004)

Ao indagar sobre a localização desses toldos, Glauco respondeu:

Quando eu cheguei, havia notícias de três toldos [...] no Jacutinga, no Sarandi, e lá na costa do Iguaçu. Lá na foz do Rio Ampere. Na desembocadura do Rio Ampere. Soube que lá tinha um toldo também<sup>5</sup>. (Olinger, agosto de 2004)

Sobre os toldos no Sarandi e na Foz do Rio Ampere, Olinger não soube oferecer informações mais acuradas, apenas afirmou que, em 1953, sua população já estava dispersa<sup>6</sup>.

Gentil Lazarin, um dos primeiros colonos a se estabelecer na localidade de 16 de Novembro (Pinhal de São Bento), conheceu pessoalmente o toldo que havia naquela localidade, a “mil metros depois da ponte”<sup>7</sup> sobre o córrego 16 de Novembro. Além desse, acompanhou o seu irmão até outro toldo que ficava “na cabeceira do Rio Ampere<sup>8</sup> que fica perto de São Salvador, distrito do município de Ampere” (Lazarin, out. 2007).



“Aquele toldo devia ter uns 40 a 50 índios, entre mulheres, crianças e adultos. Na área toda (Gleba missões) devia ter uns 100-150 índios” (Olinger, ago. 2004).

Essa estimativa, de 100 a 150 índios na Gleba Missões, foi formulada com base na população de Jacutinga – que Olinger visitou – e de dois outros toldos dos quais só ouviu falar. Referindo-se aos índios de Jacutinga, um morador antigo afirma: “Um dia nós contamos 60 índios. (Maria Hasse, set de 2004). Essas famílias indígenas eram umas 40 a 50 pessoas naquela época; e nunca ninguém soube para onde esses índios foram” (Getúlio Rech, set. 2004).

O toldo de 16 de Novembro, segundo Ana Mota Kniphoff (out. de 2007) “tinha mais ou menos 30 a 40 pessoas”.

Uma reflexão em torno da identidade étnica dos grupos em contato oferece elementos interessantes para a compreensão das relações interétnicas e do suporte ideológico da colonização eurobrasileira. Entre os entrevistados havia unanimidade de que se tratava de uma população Guarani. Mas esse etnônimo não era aplicado, como indica a fala a seguir: “[...] eles diziam que eram Guarani, mas nós os chamávamos de bugres” (Tecla Schmitz). Outra entrevistada da linha 16 de Novembro afirmou: “Nós os chamava de bugres; ou como hoje guarani” (Ana Mota Kniphoff). “A gente chamava bugre, mas é índio” (Elsa Lazarim). A nosso ver essas falas denotam a manipulação etnocêntrica da identidade do Outro. O contato interétnico decorrente do progressivo acercamento do habitat guarani, por parte da colonização eurobrasileira, requeria estratégias de apreender, redefinir e negar a alteridade étnica.

De um lado, a população indígena percebe a inevitabilidade do contato e da comunicação com os adventícios, apresentando-se a eles como Guarani. Isso significa que, pelo menos parcialmente, o grupo abre mão da sua identidade étnica, pois guarani é um etnônimo macro, generalizante, que não se refere a uma etnia, mas sim a uma família linguística à qual se filiam diversas etnias. Possivelmente, ao se apresentarem como sendo Guarani, julgavam se fazer inteligíveis. Ainda assim, para os colonos, essa apresentação (nós somos Guarani) é dispensada numa atitude típica de quem já identificou e definiu o Outro que se manifesta.

Em outras palavras, não interessa que o Outro diga quem ele é; o que importa é o que eu tenho a dizer sobre ele, pois Eu o conheço de antemão. Nessa lógica, a identidade manifestada pelos próprios nativos é recusada e substituída por uma alcunha de conotação depreciativa.

Na classificação dos colonos, esses que agora se apresentavam como Guarani eram apenas bugres, similares àqueles que haviam conhecido em Santa Catarina.

A referência comparativa entre os índios de lá e os de cá é constante nos relatos dos antigos moradores de Jacutinga e de 16 de Novembro. Muitos deles evocam lembranças de enfrentamento violento que remetem diretamente à ação dos “bugreiros”<sup>9</sup> contra os índios Xokleng, nas primeiras décadas do século XX.

Os Xokleng de Santa Catarina são descritos como bugres violentos, perigosos e temidos pelos colonos.

Em Santa Catarina tinha bugre bravo e por isso os colonos só iam trabalhar em grupo (Gentil Lazarin). Em Santa Catarina os índios eram agressivos, jogavam flechas. Por isso, no começo, nós tinha medo (Ana Mota Kniphoff, out. 2007).

Embora percebessem distinções entre os Guarani do Sudoeste do Paraná, o apodo bugre foi aplicado a uns e outros e até hoje presta um desserviço ao reconhecimento das alteridades nativas no Paraná e no Brasil<sup>10</sup>.

A título de comparação, vale citar um estudo sobre os terena, no Mato Grosso do Sul, em que Roberto Cardoso de Oliveira abordou esse tema nos seguintes termos: “A categoria *bugre* como categoria social engendrada pela fricção interétnica, pareceu-nos merecer destaque especial – uma vez que é nesta categoria que se sintetiza, tal como uma denúncia, o caráter estigmatizador do contato entre os Terena e a sociedade regional” (Oliveira; 1976a, p. 9). Em seguida, o autor reproduz a fala de um líder Terena que explicita o campo semântico em que esse conceito circula. “Meus companheiros vem sendo humilhados frequentemente pelos empregados da firma (empreiteira) que diariamente passam defronte ao posto, chamando-os de “bugres”<sup>11</sup> famintos, preguiçosos e beberrões” (Oliveira; 1976a, p. 9).

E hoje em dia, o que esses colonos, que outrora foram vizinhos dos toldos, pensam sobre essa população? Para alguns, “aqueles índios, nem índios eles eram” (Morador de 16 de Novembro Nilo Mazzuko) isto é; no seu modo de perceber já haviam perdido as qualidades originais. Todavia, os entrevistados que presenciaram diversos aspectos do modo de vida desses grupos não têm dúvidas de que se tratava de um grupo Guarani, tanto pela autoidentificação, hoje considerada legítima, quanto pela memória de hábitos e peculiaridades culturais, inclusive um vocábulo que sobreviveu a meio século na memória dos colonos: “Até aprendemos muitas palavras indígenas. Tinha uma que nós entendíamos que fosse nhanderu e olhavam para o céu e ria” (Tecla Schmitz, set. 2004).

Entre os entrevistados, ninguém soube especificar a que parcialidade da macroetnia guarani esses grupos se filiavam. A foto acima pode ajudar a esclarecer e confirmar a identidade do grupo.

O violão de cravelha se apresentou como indício de que se tratava de um grupo Mbyá ou Nhandeva (Chiripá), pois há indicações de que há dois séculos esse instrumento está presente nos cantos e danças tradicionais dessas duas etnias guarani<sup>12</sup>. De acordo com Soares e Garlet, o *mbaraka* ou violão é um instrumento usado tanto nas festividades de danças de pátio como pelos rezadores (ñanderu) nas rezas. “Nem todos podem tocar o *mbaraka*, mas somente aqueles que têm o ‘poder espiritual’. A ocasião predominante do uso do *mbaraka* é nas danças *oka* e nas rezas. É um instrumento exclusivamente masculino” (Soares; Garlet, 1995).

Na tentativa de elucidarmos a filiação étnica desse grupo, levamos a foto acima ao cacique Mbyá Guarani, *Sebastião Poty Verissimo*, da aldeia do Lebre (Terra Indígena do Rio das Cobras-Nova - Laranjeiras-PR). Após contextualizarmos o lugar e o ano em que foram tiradas, era visível a expressão de satisfação e familiaridade no rosto de Sebastião Poty. Antes mesmo de ser indagado, ele afirmou: “é puro Guarani! são todos parentes!” Diversos familiares do cacique, de distintas faixas etárias, inclusive sua mãe setuagenária, se aproximaram para ver a foto e, admirados, confirmavam no mesmo tom: “É Guarani mesmo!”. Nos comentários entre eles era possível ouvir a expressão “Guarani ete”, que significa Guarani de verdade.

Embora não conhecessem pessoalmente nenhuma das pessoas que figuravam na foto, os comentários e a atitude de surpresa diante de uma imagem tão familiar sugerem que há uma grande probabilidade de que se tratava de um grupo Mbyá. Soma-se a essa hipótese a tendência da parcialidade Mbyá de classificar as demais etnias guarani (Nhandeva, Kaiová) como Paraguaios, isto é, indígenas não autênticos.

## **Lembranças de estranhamentos**

A maioria dos colonos mais antigos guarda lembranças dos (des)encontros com os indígenas, nas proximidades dos toldos ou ao longo de trilhas primitivas e toscas estradas. Algumas vezes essas lembranças se apresentam vagas e desbotadas pelo tempo e, por vezes, são retocadas e incrementadas com ingredientes do mundo televisivo. Esse fenômeno da memória, acrescido com elementos recentes fica bem explícito na fala de uma moradora de Pinhal de São Bento. Após afirmar que “usavam

penas na cabeça, as índias eram peladas” a entrevistada afirmou que: “eram bem parecidos com os índios da TV” (Ana M. Kniphoff out. 2007).

Por mais que essa moradora tenha se defrontado com os indígenas em questão, nesse aspecto suas descrições destoam dos demais entrevistados. Entendemos que, nesse caso, estamos diante de uma sobreposição de imagens, numa *confusão* oriunda de temporalidades distintas. Este fenômeno já foi identificado e teorizado por autores dedicados ao estudo da memória. Maurice Halbwachs, autor de uma obra clássica sobre esse assunto declara que: “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (Halbwachs, 1990, p. 71).

Isso não significa que as lembranças de uns sejam mais verdadeiras que as de outros. Mas sim que as informações podem ser avaliadas a partir de critérios de reincidência, coerência e também mais afinidade com a etno-história guarani. Nesse sentido, parece oportuno observar que as experiências vividas são transformadas em imagens registradas na memória com intensidade e gradação variáveis. Da mesma forma essas imagens estão sujeitas a inúmeras relações e associações com outros eventos que se ensejam no decurso do tempo e que poderão esvanecer, *confundir* ou mesmo revigorar lembranças esmaecidas.

Sobre os constantes encontros com os indígenas, nas veredas que conectavam os incipientes povoados e localidades interioranas, os entrevistados guardam lembranças interessantes. Seu Gentil Lazarim diz ter entrado no “sertão” em 1952. De Santa Catarina até Jacutinga vieram num caminhãozinho. De Jacutinga a 16 de Novembro (15 a 20 Km adiante) não havia estradas, e por esse motivo usavam as trilhas dos índios. Nesses deslocamentos, os encontros eram constantes. Os índios:

Iam caçando, melando, levando cestinhas e iam ao comércio. (Gentil Lazarim, out. 2007).

As mulheres eram as carregadoras do artesanato que era vendido, dos mantimentos e das crianças. Os balaios e os mantimentos eram amarrados a uma tira de pano que era presa à cabeça enquanto os bebês eram carregados num pano preso aos ombros” suspenso até a cintura. Os homens seguiam em frente com arcos e flechas para abater a possível caça (Tecla Schmits, set. 2004).



**Figura 4:** Foto do momento em que uma caminhada dos Guarani cruza a ponte sobre o Rio Marrecas, na Vila Marrecas; atual Francisco Beltrão (Martins, 1986).

De acordo com Getúlio Rech, os homens iam à frente com arco e flecha e alguns com espingarda. Caminhavam devagar e silenciosamente para não espantar a caça próxima das trilhas. “Se vissem uma abelhinha voando, paravam [seguiram-na] e colhiam”. Na descrição de um colono de 16 de Novembro, eles caminhavam em forma de “tropinha [pequena tropa] para irem vender suas coisas. Entrando os colonos [na trilha por onde vinham] aí eles saíam” (Nilo Mazuko, out. 2007). “Então, quando eles vinham em carrero, todos saíam fora do carrero para deixar o branco passar” (Getúlio Rech, set. 2004).

Essa saída da trilha para dar espaço para os colonos passarem foi interpretada, por alguns entrevistados, como sinal de respeito. “Eles eram de muito respeito, quando a gente vinha eles saíam, davam lado” (Maria Hasse, set. 2004). Não temos dados diretos sobre o significado desse comportamento, mas interpretá-lo como respeito pode caracterizar uma avaliação eurocêntrica. Um juízo de valor que talvez tenha seu fundamento na tradição dos colonos em que as crianças são educadas no sentido de darem preferência aos adultos; inclusive de não atrapalharem seu deslocamento. Nessa concepção, sair da trilha para deixar passar o colono seria um reconhecimento à sua suposta superioridade étnica ou ontológica. O que provavelmente se tratava de uma tática defensiva dian-

te de um perigo iminente foi interpretado como uma atitude análoga à da criança que dá passagens aos adultos.

Também é interessante registrar que os primeiros contatos foram cercados de temores, provavelmente de ambos os lados. Na fala dos colonos: “As crianças tinham medo dos bugres porque os de Santa Catarina eram temidos; matavam a flechada” (Nilo Mazzuko, out 2007). “Em Santa Catarina tinha o índio bravo. Os colonos só iam trabalhar em grupo” (Gentil Lazarim, out. 2007).

Outro temor dos colonos era que os índios atacariam os galinheiros e a criação, o que levou alguns a reforçar a segurança e a vigilância sobre os animais domésticos.

“No começo tínhamos medo que eles roubavam, mas eles nunca chegavam a roubar” (Maria Hasse, set. 2004). “Nunca roubaram nada. Pediam, os colonos davam ou eles compravam” (G. Lazarim, out. 2007).

A partir dos relatos dos entrevistados, é possível inferir que, após os primeiros contatos, os temores se amenizaram e que indígenas e colonos passaram a estabelecer diversas relações: de hospitalidade, de caráter comercial e talvez de reciprocidade: “Nós dava pousada pros índios. Duas vezes quando fez temporal eles acamparam no galpão do pai” (Elsa Lazarim, set. 2007).

Outros relatos indicam uma proximidade significativa entre indígenas e colonos. Algumas informações apresentam indícios de uma certa reciprocidade entre indígenas e alguns colonos. Ao ser indagada se sabia de alguém que havia visitado o toldo, uma senhora da localidade de Jacutinga descreveu uma relação interessante entre colonos e indígenas. Segundo Maria Hasse, seu irmão (finado) visitava com frequência o toldo de 16 de novembro:

O meu irmão foi (visitar o toldo). Eles trocavam presentes; o meu irmão com eles. Eles matavam caça e levavam para ele, quando ele matava (caça) também levava para eles. Ele convivia com eles lá em baixo no 16 de Novembro, (municípios de) Pinhal de São Bento (Maria Hasse, set. de 2004).

Ao perguntar se trabalhavam para o seu irmão, a Dona Maria Hasse declarou:

Eles não trabalhavam (para o irmão). Eles cruzaram lá e chegavam, faziam acampamento bem de frente e aí meu irmão agradava eles. Meu irmão era mais pelos caboclos que pelos outros mesmo. Ele morava no meio deles e não tinha rixa nenhuma” (Maria Hasse, set. de 2004).

Alguns episódios narrados pelos colonos levantam indícios de uma gradativa aproximação e possível dependência indígena de produtos

oriundos da colonização. A cachaça é destacada pelos colonos de Jacutinga. Segundo a Dona Tecla, o avô dela oferecia cachaça aos índios que, depois de embriagados, dançavam e cantavam na presença dos brancos. Todavia, na versão da entrevistada, tratava-se apenas de um evento pitoresco. Outro colono comentou essa relação nos seguintes termos:

No tempo que ele (falecido Bráz) tinha uma bodeguita ele dava cachaça pros bugre né. E os bugres quando davam uns traguito meio reforçados eles pegavam a dançar entre eles e ficavam bem faceiros. Gostavam de cachaça e aí faziam a festinha deles, e se divertiam. Aí eles abriam o jogo. O pessoal até dava de graça só para ver a reação (Roberto Eger, set. 2004).

Ao longo das entrevistas, as perguntas sobre o uso da mão-de-obra indígena pelos colonos sempre eram negadas. Mas, em meio a outros assuntos há indicativos de trabalho dos Guarani nas lavouras dos colonos.

Ao perguntar sobre as casas deles, Dona Tecla relatou que faziam casas bem feitas com folhas de coqueiro: “Teve um que veio fazer uma roça pro meu pai e ele fez sua casinha perto da roça”. Fazer uma casinha junto ao local de trabalho pode indicar que a jornada diária de trabalho era longa e que se estendia por vários dias. Mesmo assim, os colonos sempre preteriam o trabalho guarani: “Eles não tinham o conhecimento de fazer o trabalho. O alemão era enjoado e queria a roça bem feita para dar queima” (Getúlio Rech, set. 2004).

O mesmo colono comentou a relação do irmão dele com os índios da seguinte forma:

Meu irmão pleiteou uma roça para eles roçar. Um deles falava bem o português, e o meu irmão pleiteou uma roça grande, eram 5 quartas, **um alqueire e pouco, só que não deu queima**. Eles cortavam a metade e a metade deixavam; **eles cortavam uma árvore que caía em cima de outra**. Então, eles não tinham o capricho de fazer a roça como o branco (Getúlio Rech, set. 2004) [grifo nosso].

Não sabemos quais os termos do acordo firmado entre o colono e os Guarani para o referido roçado. De qualquer modo, a nosso ver, o depoimento de Dona Tecla e de Getúlio evidencia concepções e sistemas agrícolas distintos e, por certo, incompreensíveis para ambas as partes. Aproveitamos o ensejo para brevemente caracterizar a horticultura de coivara, praticada pelos Guarani, para contrastá-la com a agricultura do colono sulista e superar a concepção de falta de “capricho”. Graças a estudos arqueológicos, etno-históricos e antropológicos, as técnicas agrícolas dos povos Tupi Guarani são bastante conhecidas. A citação a seguir oferece uma boa síntese da dinâmica da horticultura guarani e, em parte, explica a insatisfação dos colonos com os resultados do trabalho guarani nos roçados.

Com o auxílio de machados de pedra aparavam árvores, derrubando as maiores as quais em sua queda, calculadamente pelo efeito dominó, arrastavam as menores previamente talhadas no ponto em que pretendiam que se quebrassem. As cinzas garantiam a fertilização primária. [...] Susnik explica que a queimada se repetia contra as ervas daninhas, várias vezes; as fogueiras apenas poderiam ser feitas se com o máximo cuidado, pois tratava-se, ao contrário da interpretação corrente, de práticas destinadas a proteger a plantação e não de destruí-la [...]. O instrumento-chave para o plantio era um pau-cavador de madeira pesada, de um metro e meio de comprimento, com uma ponta cônica e achatada (a coivara). Seguramente os Guarani também não pretenderiam queimar suas próprias roças por descaso, que eram limpas em mutirões: plantavam cinco variedades de milho, batatas, feijão, urucum, taquara, plantas medicinais (anti-espasmódicas; anti-ofídicas; para o parto), além de folhas para cobrir e guardar a pamonha, sementes para adorno, calabças, tabaco, pimenta, tudo em pequenas reservas, ou jardins, contendo produtos adequados à cada estação, geralmente próximo dos rios, mas em terra firme. O omoplata dos animais maiores era usado como pá. Quando da caça ou da pesca, paravam em sua caminhada para olhar seus jardins, prevenindo-se contra novas pragas e abrindo poços de água potável nas imediações. [...] a escolha do local onde se abrirá uma clareira – pela derrubada – e a limpeza prévia do local – a coivara – são tão ou mais importantes que o uso do fogo, e com ele articuladas. Na maioria das culturas é uma atividade cooperativa que culmina sempre, como já foi dito, por uma festa estimulada pela bebida fermentada, a chicha ou macaloba. Frequentemente o que se queima são apenas as árvores menores e galhos, ou seja, referem-se as descrições a queimas seletivas, como a limpeza de um jardim, ao final da estação seca. Em todas as descrições a derrubada das árvores antecede em meses à queimada, para que seque a vegetação caída (Leonel 2000, p. 5-6).

Portanto, a fisionomia das roças (jardins) dos Guarani não tinha qualquer semelhança com as “grandes roças” dos colonos. Sabemos que, desde os primeiros contatos com os europeus, os Guarani se apropriaram, gradativamente, de ferramentas de ferro, tais como machados e foices que se mostraram mais eficazes na derrubada do mato para a formação de roças. Todavia, a apropriação dessa tecnologia não resultou no surgimento de um novo sistema agrícola. Ou seja, as categorias da agricultura tradicional não sofreram alterações. Tanto pelo modo de formar quanto pela diversidade de produtos em pequenos nichos, as roças Guarani são peculiares e inconfundíveis não apenas com o latifúndio monocultor, mas também com a agricultura familiar.

Ao longo das entrevistas, o foco das perguntas eram as relações interétnicas (indígenas x colonos) e as atividades relacionadas à economia

indígena. Todavia, algumas questões do âmbito da caracterização do grupo que marcaram a memória dos colonos merecem ser consideradas. Alguns desses elementos oferecem novos indícios que reforçam a tradição étnica do grupo em questão.

Em relação à moradia, temos as seguintes falas:

A casa deles era coberta de palha (Gentil Lazarim, out. 2007).

As casas eram de pau-a-pique. Casa de barro. Tinha uma casa grande de taquara, moravam todos lá. A casa deles ainda ficou (muitos) anos depois de irem embora” (Ana Mota Kniphof, out. 2007).

Essas breves informações podem ser cruzadas com antigos relatos e estudos etno-históricos mais recentes no intuito de identificar elementos comuns. De acordo com um jesuíta anônimo, os guarani:

Habitan en casas bien hechas armadas en çima de buenos horcones [colunas de madeira] cubiertas de paja, algunas tienen ocho y diez horcones y otras mas o menos conforme el caziqie tiene los basallos porque todos suelen vivir en una casa, no tiene division alguna toda la casa, esta esenta de manera que desde el principio se ve el fin: [...] Tienen por los lados tapia francesa y cada aposento tiene dos puertas una de cada lado pero no tienen ventanas. no tienen puerta ni caja ni cosa cerrada. [...] Sus poblaciones antes de reducirse son pequenas porque como siempre siembran en montes quieren estar pocos porque no se les acaben y tambien por tener sus pescaderos y caçaderos acomodados”. (MCA 1951, 166-167). [MCA I, p. 166-167] Manuscrito da Coleção De Angelis (MCA).

Nesse sentido, também o estudo de Almeida (2006) oferece elementos importantes para um comparativo entre as unidades habitacionais dos Guarani de quinhentos anos atrás com os do século XX.

Assim, nos momentos que antecederam a chegada do europeu (séc XVI) os Guarani estavam assentados em amplas florestas, distribuídos em núcleos familiares extensos, formados por dezenas de famílias nucleares que ocupavam uma só habitação (as *oygusu*), podendo chegar a mais de trezentas pessoas cada unidade. O grupo familiar detinha sob seu domínio e usufruto de extensos espaços territoriais.

Outro aspecto sempre presente na memória dos entrevistados diz respeito a indígenas albinos. Em Jacutinga, todos os entrevistados lembravam de um rapaz “totalmente branco”, mas que tinha fisionomia indígena. Na localidade de 16 de Novembro, uma entrevistada afirmou que: “*Havia uma menina bem branca que não parecia índia*” (Ana M. K, out. 2007). Na foto a seguir - publicada por Rubens Martins (1986), primeiro prefeito de Francisco Beltrão - entre outros aspectos da vida desse grupo (tais como o considerável número de crianças, o violão, etc.) podemos observar uma pessoa que contrasta com as demais pelo chapéu de aba

larga e pela claridade da tez. Possivelmente trata-se do índio albino do qual todos lembram.



**Figura 5:** Inauguração da ponte sobre o Rio Marrecas: Em destaque um índio de pele branca e de chapéu (Martins, 1986).

Entre diversos outros aspectos evocados pelos informantes, também chamaram nossa atenção os relatos sobre a ocorrência da varicela. Dona Tecla Schmits Frigeri guarda lembrança da enfermidade e morte de um adolescente. Quando ela o viu, ele estava “coberto de feridas, babando e gemendo de dor. Os índios o carregavam em busca de socorro, mas depois ela soube que ele veio a falecer”.

### **A economia Guarani**

Via de regra, ao longo da história das relações entre nativos da América e colonos europeus, a economia indígena é depreciada por carcer dos fundamentos básicos da economia mercantilista que lhe é anteposta como paradigma comparativo. Nessa lógica, a inexistência de uma dinâmica comercial e o desinteresse pelo acúmulo de excedentes são apresentados como indicadores de uma economia arcaica e imprevidente, logo pobre, instável e atrasada. Nunca é demais destacar que, historicamente, esse suposto atraso econômico é um dos fundamentos ideológicos das políticas assimilacionistas e expropriações territoriais

dos povos indígenas. Além disso, essa concepção engendrou no imaginário social uma escala de valores de índole evolucionista, de acordo com a qual o modo de vida e a economia de subsistência pautada na horticultura, na caça e coleta representaria um estágio do desenvolvimento humano, naturalmente ultrapassado e fadado ao desaparecimento.

Todavia, é possível desconstruir essa lógica, mesmo partindo de testemunhos europeus. Sobre a economia dos grupos da família linguística guarani, há registros que remetem há quase quinhentos anos, quando ocorreram os primeiros contatos desses grupos com os colonizadores ibéricos que exploravam o litoral do Brasil e adentravam os rios que formam o estuário do Prata. Tanto os relatos dos conquistadores quanto os dos missionários que vinham para civilizar e cristianizar os povos indígenas permitem uma rica analogia entre a economia do tempo dos primeiros contatos e aquela vislumbrada pelos colonos da década 1950.

Para exemplificar, em 1541, quando a expedição de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca cruzou os atuais estados de Santa Catarina e Paraná rumo a Assunção, foi socorrida, nas proximidades do Rio Iguaçu (portanto no/ou próximo do/ Sudoeste do Paraná), pelos povos de língua guarani. Naquela região, assim como em toda a trajetória (Florianópolis / Assunção), a expedição, que contava com 253 espanhóis, foi abastecida pelos grupos Guarani que encontrava pelo caminho. Esses encontros eram constantes e a descrição deles é sempre semelhante:

Quando esses índios souberam da sua chegada [expedição] saíram para recebê-los, carregados com muitos mantimentos e muito alegres, demonstrando grande prazer com a sua vinda. De sua parte, o governador também os recebeu com grande prazer e amizade e, além de pagar-lhes o preço que valiam deu aos índios principais muitos presentes, inclusive camisas, o que os deixou muito contentes. Estes índios pertencem à tribo dos guaranis; são lavradores que semeiam o milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos<sup>13</sup> da mesma maneira que nós na Espanha, possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua (Cabeza de Vaca, 1987, p. 131).

A lista de alimentos da dieta dos povos guarani mencionada pelos antigos colonizadores e missionários é extensa e não poderia ser minuciosamente apresentada no presente trabalho. Se nos ativermos apenas à Cabeça de Vaca, já é possível um bom repertório de alimentos. No que diz respeito ao cultivo agrícola, sobressaem-se: o milho, a mandioca, o amendoim e a batata doce. No que tange à criação de animais, o destaque são as galinhas e os patos: “Entre suas caças estão os porcos montanheses, veados, antas, faisões, perdizes e codornas” (Cabeza de Vaca; 1987,

p. 138). Em relação ao extrativismo, o destaque é o mel, o palmito e os pinhões.

Quatrocentos anos depois de Cabeza de Vaca, o que viram, por volta de 1950, e o que dizem hoje os colonos eurobrasileiros sobre a economia dos Guarani que viviam nos toldos de Jacutinga, 16 de Novembro e outros? Primeiramente, vale evidenciar que, ao discorrerem sobre os Guarani, com os quais os colonos se defrontaram, nossos interlocutores também partem do pressuposto de que a economia de mercado serve de referência comparativa. Embora seja possível observar uma depreciação das atividades produtivas indígenas no discurso do colonizador, nenhum interlocutor caracterizou os Guarani como carentes de alimentos. Em relação à subsistência desse grupo, Glauco Olinger apresentou um considerável rol de alimentos obtidos na floresta. Todavia, em sua visita ao Toldo de Jacutinga, Olinger afirma que não percebeu qualquer atividade agrícola. Segundo ele: “Não tinham nenhum tipo de trabalho de lavoura. Eles ainda viviam da caça e de algum fruto de origem silvestre” (Olinger, out. 2004).

Essa ideia é reiterada diversas vezes. Olinger narra que, em sua visita ao toldo, os índios lhe ofereceram carne de um veado que estava sendo esquartejado e moqueado e larvas de um escaravelho, que ele experimentou pensando que se tratava de torresmo de veado.

Em relação às larvas de insetos, ricas em proteína, Olinger dá a entender que havia um interessante manejo dos recursos florestais, algo semelhante a um cultivo de larvas a partir dos troncos de palmeira que forneciam o palmito:

Este hábito de comer coró [...] porque eles costumavam tirar muito palmito para se alimentarem. Uma das fontes básicas deles era o palmito. Na hora de tirarem o palmito, derrubavam-no, tiravam o palmito e a árvore ficava deitada no chão. Aí esse inseto vinha e punha os ovos dentro do tronco do palmito. A larva se alimenta daquela madeira. Então, depois que essa madeira estava caída há algum tempo, os índios passando por aí, sabendo onde haviam retirado o palmito, eles viam que já tinha movimento do besouro. Aí rachavam o pau pelo meio e estava cheio de brocas. Era uma forma de criar um ambiente de desenvolvimento dessa larva - desse escaravelho. E aquilo passa a ser um alimento básico, rico em proteínas, talvez mais rico que a própria carne. (Olinger, 9 ago. 2004)

O mesmo procedimento em relação às larvas, observado por Olinger no toldo de Jacutinga, um colono observou no Toldo 16 de Novembro: “Eles cortavam a palmeira, comiam o palmito e criavam os coró” (Gentil Lazarim).

O rol de alimentos típicos da dieta desses Guarani, segundo Olinger, era todo de origem florestal:

Uma curiosidade que encontrei nessa viagem ao toldo Guarani foi a fonte alimentar, pois constatei que ainda estavam comendo veado, palmito e larva de insetos. As fontes principais de proteína alimentar, do campo animal, eram tatu, paca, o porco do mato, o veado e pássaros. Além disso, havia os insetos, larvas, e palmito. Me parece que o básico deles era isso, porque, nem mandioca eles tinham. (Olinger, ago 2004)

É interessante destacar que, segundo Olinger, a diversidade faunística disponível à dieta desse grupo ainda era relativamente abundante nos primeiros anos (1948-58) da colonização euro-brasileira. O declínio desses recursos naturais foi proporcional ao alargamento do desflorestamento. A riqueza dos depoimentos de Olinger está na descrição do aproveitamento dos recursos florestais. Por outro lado, embora enfático e insistente, seu discurso sobre a inexistência de qualquer plantio agrícola não se sustenta. É possível que, em sua visita ao toldo, as pequenas rocinhas de coivara tenham ficado à margem do seu caminho e do seu olhar de colonizador. Em toda uma vasta literatura pautada em pesquisas arqueológicas, etnológicas e etno-históricas, as diversas parcialidades guarani, tanto as contemporâneas à conquista ibérica quanto as remanescentes (Mbyá, Nhandeva, Kaiová, Chiriguana), são caracterizadas como sociedades de horticultores.

Bartomeu Meliá, Dominique Templé e Francisco Noelli, renomados conhecedores da economia Guarani abordam, em diversos estudos, a opulência da produção econômica Guarani fundada na horticultura consorciada com a caça e a coleta<sup>14</sup>. O cultivo agrícola em pequenos roçados preparados no sistema de coivara é um dado incontroverso.

Outro contraponto à negação da produção agrícola são as declarações dos antigos moradores descendentes de alemães da localidade de Jacutinga e de Pinhal de São Bento. Dona Tecla Schmitz, por exemplo, além de admitir a produção de mandioca e milho apresenta outro conjunto de atividades econômicas não mencionadas por Olinger. De acordo com ela, a economia da aldeia provinha dos balaios que os índios iam vender nos vilarejos do sudoeste do Paraná – sobretudo em Francisco Beltrão e Marmeleiro – da mandioca e do milho que eles plantavam, assim como da caça e da pesca. Além disso, criavam uns poucos porquinhos que mais pareciam animais de estimação, pois acompanhavam os índios como se fossem mascotes.

A criação de suínos e aves por parte dos Guarani não foi mencionada por Olinger, mas foi amplamente confirmada por outros moradores.

Gentil Lazarim afirma que logo que chegaram ao “sertão” “Compremo galinha e compreimo porco” dos bugres. Ao perguntar como era a transação o colono respondeu:

Nós pagava em dinheiro. Os índios (do toldo de São Salvador) tinham uma porca muito bonita. Eles queriam uma espingarda pela porca, mas meu irmão deu dinheiro (Gentil Lazarim, out. 2007).

Rui Wachowicz, falando do Sudoeste do Paraná, dá a entender que os indígenas da região produziam suínos, mas não oferece dados empíricos: “O porco alçado era produzido pelas camadas mais pobres da região, ‘inclusive pelos bugres que eram relativamente numerosos no sudoeste’” (Wachowicz, 1987, p. 74-75).

Nilo Mazuko também confirma a criação de animais com essas palavras: “Lá em baixo no toldo eles plantavam milho, mandioca, tinham galinha e porquinhos” (Nilo Mazzuko).

Ao indagar se os índios plantavam alguma coisa, a esposa de Gentil Lazarim respondeu: “Eles plantavam milho, mandioca muito pouco. Onde eles iam tinha abóbora” (Elsa Lazarim).

Para os propósitos do presente trabalho, não é possível elencar todas as variedades de produtos agrícolas tradicionalmente cultivados pelos Guarani. No entanto, vale destacar que no Léxico Guarani, dialeto Mbyá [...], Dooley (2006) indica que essa etnia sabe nominar, em seu idioma, 16 variedades de batata doce, sete variedades de abóboras, 10 variedades de milho, três variedades de mandioca e nove variedades de feijão.

Outro aspecto importante que já sinalizamos anteriormente é o intercâmbio com os colonos. De acordo com relatos, os índios ofereciam carne de caça (anta, veado, tatu, cutia, paca e porco do mato) em troca de charque e ou linguiça produzida pelos colonos. Na opinião da Dona Tecla Schmitz, e de outros antigos moradores, essa troca não era muito interessante para os colonos, pois esses suspeitavam da maneira indígena de preservar a carne de caça e, muitas vezes, consideravam-na imprópria para o consumo. Além da troca de produtos de caça e artesanato, os Guarani também faziam operações com dinheiro:

Eles vinha para comprar algumas coisas como pão e salame era o que eles mais compravam. As pessoas (colonos) tinham essas coisas. Quando chegavam na casa da gente era isso que eles queriam comprar (Tecla Schmitz. set. 2004).

A produção e venda de artesanato típico foi mencionada e confirmada por todos os entrevistados. Para os agricultores, os artefatos de maior interesse eram os balaios e as peneiras:

Eles passavam várias vezes com pequenos animais e balaios e essas coisas para vender (Getúlio Rech, set. 2004). Nós se encontrava com os índios na estrada de Beltrão, carregados de coisas, caixa, peneiras, balaios sempre nos encontrava com eles. Faziam balaios, peneiras para trocar por comida (Ana Mota Kniphoff).

Além desses artefatos, Dona Elsa Lazarim também mencionou que: “faziam bengala que enfeitavam com cipó imbé” (Elsa Lazarim).

## Considerações finais

As informações obtidas ao longo das entrevistas não nos possibilitam uma avaliação ampla e contundente sobre o teor das relações interétnicas. Nenhum entrevistado narrou claramente ocorrências de agressão física ou de qualquer forma de exploração. A convivência entre brancos e índios teria sido pacífica. Embora esse parecer seja compartilhado pelos informantes, a análise das entrevistas permite identificar tensões, interesses contrários e inter-relações que, em pouco tempo, comprometeriam a integridade e a reprodução física e cultural desse grupo Guarani. A degradação rápida e irreversível dos recursos florestais, os trabalhos para os colonos, a bebida alcoólica, as doenças contagiosas já causavam baixas diante do olhar curioso dos colonos.

Partindo das referências teórico-conceituais do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que estudou o contato entre sociedades indígenas com setores da sociedade nacional, é possível identificar, no sudoeste paranaense, na área que correspondia à antiga Gleba Missões, todos os elementos que compõem um sistema interétnico:

A base do sistema interétnico está na conjunção de interesses econômicos contraditórios: o índio procurando obter bens manufaturados (armas, instrumentos agrícolas, cachaça, roupa etc.) e o branco procurando se apossar do território e ou da mão-de-obra indígena. O contato entre índios e brancos em todas as frentes de expansão da sociedade nacional obedeceu a essa preliminar. E a inversibilidade desse contato parece ter início a partir de um certo momento, quando aqueles bens alienígenas tornam-se necessidades insubstituíveis, criando uma dependência definitiva do índio à sociedade nacional. (Oliveira, 1976b, p. 59).

Quanto ao paradeiro desse grupo, nenhum dos entrevistados soube dar qualquer pista. A maioria deles demonstrou interesse em saber o que aconteceu e qual terá sido o rumo e o estabelecimento final do grupo. Para responder cabalmente a essa questão, talvez seria necessário percorrer oito estados do Brasil e três países vizinhos, com os relatos dos

colonos e as fotos em punho, para ver se algum ancião Guarani (Mbyá ou Nhandeva) de mais de sessenta anos de idade identificaria os indivíduos registrados nas imagens fotográficas e na memória dos colonos na década de 1950.

Para o Sudoeste do Paraná, sobretudo para os municípios que surgiram a partir da Gleba Missões, seria muito recomendável que se contemplasse, no ensino e na pesquisa, a presença enfática dos Guarani no cenário histórico do povoamento da região. Além de atender a um anseio ético de contemplar grupos sociais negados pelo discurso da historiografia oficial<sup>15</sup>, a produção acadêmica deve primar por contribuições originais e críticas que articulem conhecimento e reconhecimento dos protagonistas da História.

## Notas

<sup>1</sup> A Gleba Missões ocupava praticamente a metade do atual Sudoeste paranaense, do rio Santana até a fronteira com a Argentina.

<sup>2</sup> Esse tema foi discutido num trabalho específico sobre as abordagens historiográficas referentes aos indígenas e caboclos no Sudoeste do Paraná. LANGER, P. P. *Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, p. 71-93, 2007. Além do mais, para o estudo dos cablocos do Sudoeste do Paraná o artigo de Marcos MONDARDO (2008) representa uma contribuição crítica e original.

<sup>3</sup> De acordo com o Dicionário Houaiss, a expressão “toldo indígena” é um regionalismo do Sul do Brasil e indica um aldeamento indígena em processo de aculturação. Destacamos que, em se tratando dos índios de Jacutinga e de 16 de Novembro, a ideia de toldo nos parece inadequada por duas razões: 1) aldeamento sugere uma povoação de índios tutelados por não índios (missionários ou autoridades leigas) que não era o caso desses; 2) o conceito de aculturação tornou-se obsoleto face aos conceitos de sistemas interétnicos e de identidade étnica.

<sup>4</sup> Valdir Gregory aborda esse fenômeno interpretando o avanço da colonização europeia, a partir do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, rumo ao Oeste do Paraná como uma alternativa à reprodução do modo de vida, da identidade étnica do colono descendente de alemães que para isso fugia da temida proletarização da geração seguinte.

<sup>5</sup> Devido a questões profissionais, não foi possível empreender pesquisas sobre os “toldos” de Sarandi e da Foz do Rio Ampere. Consideramos que seria de grande valia registrar o que os antigos moradores dessas localidades têm a dizer sobre o assunto.

<sup>6</sup> Como o interlocutor não esteve no local, tratamos essas informações como indícios que poderão ser seguidos num outro momento da pesquisa.

<sup>7</sup> A localização desse toldo é indicada pelos moradores da seguinte maneira: Quem vem de Francisco em direção a Pinhal de S. Bento passa pela ponte sobre o riacho 16

de Novembro. O toldo ficava cerca de um quilômetro depois dessa ponte.

<sup>8</sup> A nascente do rio Ampere situa-se próximo de São Salvador, no município de Ampere.

<sup>9</sup> Sobre esse tema, recomendamos uma obra recém-editada: WITTMANN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí – SC. Florianópolis: Letras contemporâneas. 2007

<sup>10</sup> Nossa experiência docente no Sudoeste do Paraná permitiu perceber que no imaginário do senso comum o conceito bugres está em pleno vigor. Constantemente os alunos e alunas solicitavam critérios diferenciadores entre índio e bugre.

<sup>11</sup> Convém ressaltar que, tanto no Sul como no Centro-Oeste do Brasil, a noção de bugre é similar e que sua etimologia, segundo Houaiss, remete aos búlgaros considerados heréticos por haverem aderido à Igreja greco-ortodoxa e como tal eram vistos preconceituosamente pelo ocidente cristão. “o emprego do vocábulo para denotar o indígena liga-se à idéia de ‘inculto, selvático, não cristão’” (Houaiss Dicionário Eletrônico).

<sup>12</sup> Tanto as considerações teóricas quanto os dados históricos que Setti apresenta são muito pertinentes. Em relação à apropriação dos instrumentos musicais de origem ibero-colonial, a autora apresenta a seguinte explicação: “Sobre a época de adoção do violão nas rezas, Irma Ruiz supõe ter sido adotado entre 1650 e 1750 entre os Mbyá do Paraguai e conforme Strelnikov, transmitida pelos Xiripá cristianizados. Ela lembra também o interesse da sobrevivência entre os Mbyá da guitarra de 5 cordas e do rabel de 3 cordas, coexistindo com o popular violão ou guitarra de 6 cordas e com o violino de 4 cordas” (Setti, 1993).

<sup>13</sup> O Pato selvagem é [...] (*Cairina moschata*) comum em grande parte do Brasil. Esse é considerado o ancestral das subespécies domésticas. Os textos dos cronistas quinzentistas são referência segura de que o pato selvagem era domesticado pelos indígenas, antes da colonização da América pelos europeus. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pato-selvagem#cite\\_note-1](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pato-selvagem#cite_note-1)>.

<sup>14</sup> Sobre a economia dos Guarani históricos e dos Guarani tuais, os trabalhos a seguir são primordiais: MELIÁ, B. *El Guarani Conquistado y Reducido: Ensayos de Etnohistória*. 3. ed. Asunción: CEADUC, 1993; NOELLI F. S. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS*. Dis. de Mestrado em História. Porto Alegre: PUC/RS, 1993. MELIÁ, B.; TEMPLE, D. *El don, la venganza y otras formas de economía Guarani*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2004.

<sup>15</sup> O discurso da historiografia sobre o Sudoeste do Paraná foi tema de artigo nosso publicado na *Revista Diálogos* da UEM.

## Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. *Estudo antropológico sobre situação dos Ava-Guarani e Guarani-Mbyá relacionados ao Jakutinga/Okoy e dos Nandéva de Guaiá: extremo*

- oeste do Paraná. ABA 2.143.769.770, ago. 2006.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufrações e comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- DOOLEY, Robert. *Léxico guarani, dialeto mbyá com informações úteis para o ensino médio, a aprendizagem e a pesquisa lingüística*. SIL Versão de 9 de mar. de 2006. Disponível em: <<http://www.sil.org/americas/brasil/publcn/dictgram/gndiclex.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- FERREIRA, Fabiana. P. Fara; LANGER, Protasio Paulo. Uma hermenêutica da história oficial de Francisco Beltrão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO – A INVENÇÃO DA ESCOLA E A ESCOLA DA INVENÇÃO, 1. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LANGER, Protasio Paulo. *Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense*. Diálogos, v. 11, n. 3, p. 71-93, 2007.
- LAZIER, H. *Análise histórica da posse da terra no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.
- LEONEL, Mauro. *O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n. 40, set./dez. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000300019&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000300019&script=sci_arttext)>. Acesso em: 7 out. 2008.
- MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: [s.n.], 1986.
- MELIÁ, Bartomeu. *El Guarani Conquistado y Reducido: Ensayos de Etnohistória*. 3. ed. Asunción: CEADUC, 1993.
- MONDARDO, Marcos Leandro. Os caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 1, n. 3, jan./jun 2008.
- NOELLI, Francisco Silva. *Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no Delta do Rio Jacuí-RS*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação do Terena*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976a.
- \_\_\_\_\_. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976b.
- MANUSCRITO da Coleção de Angelis (MCA). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- SOARES, André L. Ramos; GARLET, Ivori José. Uma apresentação dos instrumentos musicais Mbyá-Guarani. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS E MERCOSUL, 7. Santa Maria: UFSM: 1995. [mimeo].

- SETTI, Kilza. Questões relativas à autoctonia nas culturas musicais indígenas da atualidade, consideradas no exemplo mbyá-guarani. *Revista da organização de estudos culturais em contextos internacionais: Brasil-Europa*, 1993. Disponível em: <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM21-02.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2008.
- SUESS, Paulo. *A história dos outros escrita por nós*: apontamentos para uma autocrítica da historiografia do cristianismo na América Latina - 31 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/>>. Acesso em: 6 set. 2007.
- WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste*: ocupação e colonização. 2 ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.
- WIKIPÉDIA. *Pato-selvagem*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pato-selvagem#cite\\_note-1](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pato-selvagem#cite_note-1)>. Acesso em: jan. 2009.
- IPARDES. *Mapas*: base ambiental. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/meio\\_ambiente/cobertura\\_vegetal\\_original\\_PR.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/meio_ambiente/cobertura_vegetal_original_PR.pdf)>. Acesso em Mar. 2010.
- LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. Vegetação. In: IBGE (Ed.). *Geografia do Brasil*. v. 2, Região Sul, p. 113-150. IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

## **Entrevistados**

- OLINGER, Glauco. Florianópolis, ago. 2004.
- FRIGERI, Tecla Schmitz. Francisco Beltrão (Jacutinga), set. 2004
- EGER, Roberto. Francisco Beltrão (Jacutinga), set. 2004
- FRITZEN Lidia Maria Francisco Beltrão (Jacutinga), set. 2004
- RECH, Getúlio Francisco Beltrão (Jacutinga), set. 2004
- HASSE, Maria Francisco Beltrão (Jacutinga), set. 2004
- MAZZUKO, Nilo. Pinhal de São Bento (16 de Novembro) out. 2007
- LAZARIN, Gentil. Ampere, out. 2007
- LAZARIM, Elsa. Ampere, out. 2007
- KNIPHOFF, Ana Mota Pinhal de São Bento, out. 2007

**Recebido em 11 de março de 2009.**

**Aprovado para publicação em 21 de julho de 2009.**